



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

Faculdade de Educação – Escola de Gestores

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar

**AVALIAÇÃO DO
DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
ALFREDO SOARES DA MOTA**

DANIELA MARIA GONÇALVES FONSECA

BELO HORIZONTE-MG

Junho de 2011



DANIELA MARIA GONÇALVES FONSECA

**AVALIAÇÃO DO
DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
ALFREDO SOARES DA MOTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª. Giselle Cristina Rodrigues

BELO HORIZONTE – MG

Junho de 2011

Daniela Maria Gonçalves Fonseca

**AVALIAÇÃO DO
DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
ALFREDO SOARES DA MOTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª. Giselle Cristina Rodrigues (Orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior - UFMG

BELO HORIZONTE – MG

Junho de 2011

Dedico este trabalho ao meu querido marido Pablo e meus filhos Maria Luísa e Luís Gustavo pelo carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a deus que me deu a oportunidade de atuar na Gestão Escolar. A meu Marido Pablo exemplo de carinho e dedicação e as Prof^{as}. Orientadoras Marielle e Giselle Cristina pela paciência e dedicação. A todos meu carinho e eterna gratidão.

“Aprimorar-se mais e mais a cada dia. Como professor, quanto mais você sua mente, mais vai aprender e ensinar aos outros a importância de aprender.”
(Howard Gardner)

Resumo

Este trabalho trata-se de uma investigação acerca de como os professores do 1º ao 5º anos da Escola Municipal Alfredo Soares da Mota compreendem e praticam a avaliação. Em seguida foram observadas as relações interpessoais entre os atores da escola, nos diferentes momentos e espaços e finalmente será realizada um confronto com a literatura fazendo um paralelo entre a teoria e a prática vivenciados na escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Apresentação e contextualização do tema.....	09
2 Desenvolvimento.....	11
3 Considerações finais.....	20
4 Referências bibliográficas.....	21
5 Anexo:Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alfredo Soares da Mota.....	23

I- INTRODUÇÃO:

1.1- Apresentação e contextualização do tema

A Escola Municipal Alfredo Soares da Mota está localizada no Distrito de São João da Vereda, na Avenida Coração de Jesus s/nº, no município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais e pertence ao Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei 3885 de 20 de dezembro de 2007.

Conta com 182 alunos, sendo 39 alunos da Educação Infantil; 103 alunos do 1º ao 5º ano e 79 alunos do 6º ao 9º ano. O quadro de funcionários é composto por 13 professores, 01 especialista, 01 auxiliar de docência, 01 professor eventual, 04 serviçais, 01 vigia, 01 vice-diretor e 01 diretor.

Possui 06 salas de aula, uma biblioteca, uma secretaria, uma diretoria, uma cozinha, dois depósitos, uma quadra esportiva sem cobertura, um pequeno refeitório e quatro sanitários discentes, sendo dois masculinos e dois femininos. Para o docente, há um sanitário para ambos os sexos. Possui também um alojamento com dois quartos para professores, sendo um dormitório masculino e outro feminino e um sanitário para atender os dois dormitórios.

Ao início do ano, todos os segmentos são convocados para a reunião administrativa para direcionar todo o trabalho durante o ano letivo, que é composto por 200 dias. As reuniões acontecem bimestralmente para planejamentos pedagógicos, sendo que no início de 2010, o planejamento aconteceu coletivamente oferecido pelo Sistema Municipal de Educação. A partir desses planejamentos, a escola desenvolveu os projetos adequando à realidade da escola.

O trabalho pedagógico da escola baseia-se na realidade da comunidade escolar. Além dos planejamentos, acontecem as reuniões para conselho de classe e para avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno. Trata-se também do processo de recuperação e aceleração de estudos, favorecendo a construção do Projeto Político Pedagógico da instituição, e ainda durante essas reuniões, planeja-se a programação das atividades escolares referentes ao

calendário escolar, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, referente ao ano 2010.

II – Desenvolvimento:

Numa escola, os aspectos mais importantes são os aspectos cognitivos e os aspectos formativos. Nesse sentido, Luckesi (2001, p.69), "[...] entende a avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão".

Com o objetivo de investigar o processo de alfabetização vivenciado por crianças em início de escolarização, este trabalho pretende priorizar as relações das crianças com o sistema de avaliação.

Serão abordados neste trabalho os aspectos metodológicos descrevendo as condições de realização bem como os limites e especificidades do processo de pesquisa, buscando subsídios para desencadear uma reflexão acerca desse processo, que muitas vezes se torna um fardo na vida do educador e do aluno, misturando culpa com obrigações.

A avaliação é um importante instrumento para que o professor possa obter dados sobre o processo de aprendizagem de cada aluno, reorientar sua prática e elaborar seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem e contribuir para que os alunos desenvolvam mais suas competências.

A avaliação é um mecanismo que faz parte da realidade escolar. Esta está relacionada no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, o qual direciona a maneira que deve ser trabalhada e entendida por todos. O instrumento PPP é um documento o qual efetivo a política da democracia participativa dentro da instituição de ensino, e, elaborado coletivamente permite que todos os que compõem a comunidade escolar possam contribuir no processo de uma gestão realmente democrática.

De acordo com a Carta Magna brasileira, a Constituição federal de 1988, capítulo III da educação, da cultura e do desporto seção I, prevê:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

A avaliação deve se dar de forma sistemática e contínua ao longo de todo o processo de aprendizagem. As situações de avaliação deve se dar em atividades contextualizadas para que se possa observar a evolução dos alunos.

Avaliação deve constituir o ato crítico que servirá de subsídio à reflexão de como os professores estão construindo a prática, considerando que avaliação e metodologia são indissociáveis. Assim, atravessa o ato de planejar e de executar e se faz presente na identificação no plano político e social e na seleção de alternativas para solução dos problemas. (VAGULA, 2009, p. 87)

A avaliação constitui-se, assim, numa prática de investigação constante, caracterizando-se como uma construção, crítica e emancipatória e não passiva, repetitiva e coercitiva e é esse dinamismo que se deseja imprimir ao processo de ensino-aprendizagem.

Pretende-se que a avaliação permeie todo o processo educativo, desempenhando diferentes funções, como, entre outras, as de diagnosticar o conhecimento prévio dos estudantes, os seus interesses e necessidades; detectar dificuldades e entraves na aprendizagem no momento em que ocorrem, abrindo a possibilidade do estabelecimento de planos imediatos de superação; oferecer uma visão do desempenho individual, em relação ao do grupo, ou do desempenho de um grupo como um todo.

A avaliação, em essência, é sempre acompanhamento do processo de construção do conhecimento. A palavra acompanhamento, por exemplo, pode significar estar ao lado de, ou seja, apenas observar o aluno, ficar junto dele, anotar, registrar. Se recorrermos ao dicionário, entretanto, veremos que seu sentido vai além. Acompanhar significa favorecer vir-a-ser de uma criança, de um jovem. Não só estar junto, mas ajudar a prosseguir. São esses sentidos que devemos procurar e que irão constituir o verdadeiro sentido do processo avaliativo. Aliás, processo é também múltiplo em seu significado: para muitos professores, processo avaliativo representa apenas seqüência – uma tarefa depois da outra. Mas é um equívoco. Processo é transformação, representa gradação, superação, evolução, mudança de jeito – de jeitos de ser, de aprender,

de falar, de se movimentar, de comer, de dormir... O professor é o mediador desse processo, portanto ao favorecer as mudanças, a evolução das crianças e jovens.

Para falar em construção do conhecimento, não podemos deixar de lembrar-se da complexa e magnífica teoria de Jean Piaget¹. Em essência, seu maior ensinamento: crianças aprendem interagindo com objetos, aprendem em movimento, na relação com os outros, descobrindo o mundo por meio de sua própria ação. (NOVA ESCOLA, nov.2010, p.79) Reunindo-se essas definições, entenderemos melhor a avaliação na educação infantil e em todos os segmentos do ensino: avaliar é favorecer a aprendizagem das crianças em termos de sua descoberta do mundo, da sua relação com os outros, de sua superação enquanto ser humano.

Conforme PERRENOUD:

“Quando a avaliação é contínua, feita ao longo de todo o ano pelos professores, ela se dilui no fluxo do trabalho cotidiano em aula. Ela não escapa, portanto ao cálculo intuitivo no princípio de qualquer investimento dos alunos na escola (...)” (...) na medida em que a excelência é o produto de um trabalho, o Aluno dosa seu esforço em função das necessidades do momento”.(PERRENOUD, 1986.p.43)

É esse tipo de avaliação, refletido acima por PERRENOUD, que visa à formação de um cidadão. Não cidadão metódico, programado para acertar o tempo todo, mas um cidadão emocional, pronto para refletir sobre seus erros e acertar a partir deles.

A escola é, portanto, um elemento fundamental e necessário e co-responsável na transformação da sociedade.

Habitualmente, quando se fala de avaliação se pensa, de forma prioritária ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos pelos alunos. Hoje em dia, este continua sendo o principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliador. Os professores, as administrações, os pais e os próprios alunos se referem à avaliação como instrumento ou processo para avaliar o grau de alcance, de cada menino e menina, em relação a determinados objetivos previstos nos diversos níveis escolares. Basicamente, a avaliação é considerada como um instrumento

¹ Psicólogo, suíço considerado o maior expoente do estudo do desenvolvimento cognitivo.

sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos.

A educação é um processo e, como tal, é uma atividade sujeita a uma contínua revisão, renovação, ajuste e aprimoramento. As metas do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) são convertidas em objetivos e os objetivos em estratégias. Tudo isso tem como propósito lograr resultados – um aluno educado. A avaliação serve para indicar a obtenção desses resultados e apontar as medidas corretivas necessárias para fazer o aluno dar certo. Muitas vezes isso pode implicar a revisão das próprias metas da escola, de seu calendário, de seus programas de ensino, do perfil do seu corpo dirigente ou do seu corpo docente. O objetivo é educar o aluno: é esta a missão que a escola recebe da sociedade e dos pais. A avaliação não é para punir ou premiar: ela permite que os alunos, pais, professores e dirigentes tomem decisões pertinentes às revejam em face dos resultados.

Hoje predominam formas de avaliação que podem ser consideradas como um instrumento de exclusão. Há uma cultura de mensuração que classifica e exclui o aluno, seleciona os melhores. O professor deve compreender primeiro, que a prática avaliativa não está dissociada do contexto do trabalho pedagógico. Não adianta querer mudar o sistema avaliativo sem mudar também o trabalho pedagógico e as condições de trabalho do próprio professor. Cabe a cada educador descobrir a forma e o ritmo de aprender de cada aluno, para reconstruir sua prática pedagógica.

O professor não pode planejar pensando em um aluno ideal, mas sim no contexto real de sua sala de aula. Para conhecer o aluno real, se faz necessária uma avaliação diagnóstica, que dirá quem são esses indivíduos, qual é sua perspectiva histórica e cognitiva. No momento seguinte, o professor quer ver como o que ensinou contribuiu para modificar o aluno, não para dar nota, mas verificar se atingiu os objetivos pretendidos, esta é a avaliação reguladora. Em seguida fazer-se-a a avaliação somativa, avaliando a qualidade da totalidade do objeto avaliado em um período pedagógico previsto. As avaliações diagnóstica, reguladora e somativa compõem uma perspectiva de avaliação formadora, que busca acompanhar o processo de ensino.

Querendo ou não, a avaliação é uma potente arma que pode destruir ou construir. A avaliação e aprendizagem são indissociáveis e pressupostos básicos para o sentido da vida.

Com base nesse cenário, Hoffmann (2002, p. 84), destaca,

É preciso ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados em relação às respostas do aluno e atribuir significado ao que se observa em sua tarefa, valorizando ideias, dando importância a suas dificuldades, sugerindo-lhe o seu próprio prestar atenção.

A avaliação serve para valorizar o que acontece quando colocamos em prática o programa que planejamos previamente e para verificarmos se é preciso modificar e melhorar a nossa prática, a evolução e a aprendizagem dos alunos. Se somente avaliássemos para emitir um juízo sobre o aluno, o objeto da avaliação seria aluno e centraríamos nossa avaliação em suas atitudes, seus comportamentos e seu rendimento. Se a finalidade da avaliação for regular e melhorar a proposta educativa que oferecemos, deveremos ampliar o nosso campo de observação e considerar o aluno não isoladamente, mas também junto a outros aspectos: as situações de ensino aprendizagem que se desenvolveu na aula, a nossa intervenção e a nossa atitude, o tipo de conteúdos ou as situações que priorizamos, bem como as situações e as relações dentro do grupo e na escola.

Não há como existir aprendizagem significativa se o professor não estiver acompanhando e avaliando seus alunos. A avaliação é um momento do ensino de muita importância para o professor e para a escola, mas é muito mais importante para o aluno. Para o professor ela é um meio de diagnosticar a realidade dos alunos. A avaliação para o professor não deve ter simplesmente, o objetivo de tentar quantificar o conhecimento através de provas ou testes para atribuir notas ou conceitos, mas deve ser um meio para ajudar o aluno a conhecer melhor a sua realidade.

A avaliação é importante para o aluno, porque através dela ele pode conhecer a sua situação. Pois, o verdadeiro significado da avaliação resume-se em capacitar o educando a se conhecer melhor (FLAMING, 1970, p.493). Isto é, saber da sua situação em termos de aproveitamento escolar. Logo, a avaliação

importa não tanto para os professores e para a escola, mas muito mais para o aluno. Pois deve ser o mais interessado em ser avaliado para que ele possa constatar a sua realidade escolar.

Sendo a avaliação a última etapa do processo ensino-aprendizagem, ela deve fazer parte integrante do mesmo. Por isso, ao se planejar a disciplina, se faz necessário definir e estabelecer, claramente, o processo, a forma, as técnicas e os instrumentos de avaliação que vão ser empregados.

Portanto, ao se planejar a disciplina, deve ser evidenciado explicitamente o modo como será realizada a avaliação, ou seja, quais formas, os métodos, as técnicas e instrumentos que vão ser empregados para verificar o rendimento dos alunos em relação a todo o aproveitamento escolar.

Quanto aos instrumentos ou aos meios, eles devem ser bem adequados aos objetivos, aos conteúdos da disciplina e às características dos alunos. Isto é, que de fato atendem às condições intelectuais, emocionais e as habilidades psicomotoras dos alunos.

Considerando todos esses passos, é de fundamental importância, a partir do plano, que os alunos possam verificar e perceber com clareza o porquê das avaliações, de que forma serão avaliados e quais os critérios que estão adotados na avaliação da sua aprendizagem.

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento definitivo sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão: destina-se à melhoria do ciclo de vida. Desse modo, por si é um ato amoroso.

A avaliação do aluno, em suas diversas dimensões, não se esgota no aluno. Seu objetivo principal é o de ajudar o aluno a aprender. Para isso, diversas medidas devem ser tomadas pelo professor e pela escola com base na avaliação: enturmar, reenturmar, avaliação paralela ou, após uma etapa da aprendizagem, reforço escolar para recuperar problemas de falta de base, ensino de estratégias cognitivas ou metacognitivas. Em médio prazo, no entanto, a avaliação dos alunos também deve servir para outros fins, tais como rever o currículo – caso este não esteja ajustado ao alunado, ou rever os materiais e livros adotados, ou mesmo os métodos empregados. Pode implicar também a

revisão das práticas de ensino do professor ou mesmo identificar carências do professor relativas a conteúdo, relacionamento com alunos ou outras deficiências.

Quando a escola se centra no ensino uniforme, acreditando que existe um aluno ideal e uma única forma de aprender, quem não se aproxima dessa uniformidade é punido, fica com o estigma de fracassado e, conseqüentemente, é excluído da escola e da sociedade. Ao excluir o aluno em situação de aprendizagem estar promovendo sua exclusão de uma vida digna, da possibilidade de se construir como cidadão. Precisa-se criar uma nova cultura educativa, que construa uma cultura avaliativa e um novo sentido para o sistema de ensino.

Na Escola Municipal Alfredo Soares da Mota, são realizadas práticas avaliativas diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o aluno como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados e acontecem com objetivo de diagnosticar e apontar os conhecimentos prévios dos alunos e são realizadas as avaliações formativas, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem, identificando o sucesso e as dificuldades de cada aluno.

São realizadas: a Avaliação Somativa, que é a prova objetiva (os mais variados tipos de testes, relatórios e questionários); a Avaliação Formativa, que acompanha o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos. Esta é feita através de observação diária e estudos de recuperação.

São estratégias de recuperação abordadas pela legislação:

- I. Estudos orientados a partir de atividades especificamente programadas, para o atendimento a alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem;
- II. Estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do ano letivo, para os alunos que não apresentaram domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período;

- III. Estudo independente a ser realizado no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente, quando as estratégias mencionadas no incisos I e II não forem suficientes para atenderem as necessidades mínimas de aprendizagem do aluno;
- IV. Estudos orientados ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente, para alunos em regime de progressão parcial podendo os mesmos serem liberados do processo, tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas;
- V. Estudo independente, no segundo semestre do ano letivo em curso, para os alunos em regime de progressão parcial, que não obtiveram resultados satisfatórios nos estudos previstos no inciso IV, devendo os mesmos serem avaliados ao final do ano letivo, em data previamente definida pela escola.

Nosso sistema de avaliação, como já descrevemos, ocorre através de um processo contínuo, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com base neste pensamento, o estudo de recuperação em todas as turmas é oferecido a todos os educandos, sempre que o professor observar deficiências no processo e é desenvolvido de forma paralela ao ensino.

Ao final do período letivo, temos os estudos orientados para os alunos que não atingiram a média desejada, ou seja, sessenta por cento de aproveitamento nas disciplinas. Temos ainda uma proposta de estudos independentes para os alunos que não conseguiram sucesso nos estudos orientados. Desta forma, os alunos são avaliados no retorno das aulas, no ano subsequente, resultando em mais uma oportunidade de aprendizagem para os alunos. Quanto ao controle de frequência, os alunos são promovidos para a série seguinte quando tiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária anual.

III – Considerações finais

Assim sendo, a avaliação faz parte de um dos mecanismos amplos e complexos que devem ser efetivados na rede escolar. Devendo ocorrer de modo sistêmico, visando não somente quantificar, mas também orientar o trabalho do educador em uma sistemática consciente. Após discursão com os professores desta Unidade de Ensino chegou à conclusão de que muitos conhecem e utilizam tais mecanismos, mas havendo falhas que podem ser aperfeiçoadas. Ficou constatado que alguns professores utilizam apenas mecanismos de controle, o qual se dá no final de etapas avaliativas específicas, embora compreendam a importância de se avaliar ao longo de todo período letivo.

As sugestões de melhoria dessa função ocorrerão nas primeiras reuniões pedagógicas do segundo semestre do ano letivo de 2011, em que a direção e supervisão junto com os educadores estarão propondo soluções aos aspectos deficientes abordados e manutenção das características positivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, João Batista; CHADWICK, Clifton. **Aprender e Ensinar**, 4ª ed. São Paulo. Ed. Global, 2002 p.329; 372.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** -1999.

MENEGOLIA, Maximiliano; SANT' ANA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar? Currículo, área, aula**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002 p.54; 95.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da Excelência à regulação das aprendizagens – Entre duas lógicas**. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

SANTANA, Ilza Martins. **Avaliar por quê? Como?** 6ª edição. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.



UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO
ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DANIELA MARIA GONÇALVES FONSECA

Montes Claros – MG

2011



DANIELA MARIA GONÇALVES FONSECA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
ALFREDO SOARES DA MOTA**

Projeto Político Pedagógico
apresentado ao Curso de
Especialização (Latu Sensu) em
Gestão Escolar da Faculdade de
Educação, Sala Ambiente Projeto
Vivencial sob a orientação da
Professora Giselle Cristina Rodrigues.

Montes Claros - MG

2011

"A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto".

(Emile Durkheim)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	FINALIDADE DA ESCOLA.....	06
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
3.1	Administrativa.....	07
3.2	Pedagógica.....	07
4	CURRÍCULO.....	08
5	TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR.....	10
6	PROCESSO DE DECISÃO.....	10
7	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	11
8	AVALIAÇÃO.....	
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	

I – Introdução

A Escola Municipal Alfredo Soares da Mota está localizada no Distrito de São João da Vereda, na Avenida Coração de Jesus s/nº, no município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais e pertence ao Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei 3885 de 20 de dezembro de 2007.

Conta com 182 alunos, sendo 39 alunos da Educação Infantil; 103 alunos do 1º ao 5º ano e 79 alunos do 6º ao 9º ano. O quadro de funcionários é composto por 13 professores, 01 especialista, 01 auxiliar de docência, 01 professor eventual, 04 serviçais, 01 vigia, 01 vice-diretor e 01 diretor.

Possui 6 salas de aula, uma biblioteca, uma secretaria, uma diretoria, uma cozinha, dois depósitos, uma quadra esportiva sem cobertura, um pequeno refeitório e quatro sanitários discentes, sendo dois masculinos e dois femininos. Para o docente, há um sanitário para ambos os sexos. Possui também um alojamento com dois quartos para professores, sendo um dormitório masculino e outro feminino e um sanitário para atender os dois dormitórios.

Em 1947, a escola foi transferida para outro prédio doado por moradores e, em 1962, foi oficialmente instalada pela ata de 28/07/1962.

Em 15 de fevereiro de 1965, a Prefeitura de Montes Claros, através do terreno de cessão, construiu outro prédio maior para atender a demanda da comunidade.

Em 14/07/1977, foi criada o Caixa Escolar Alfredo Soares da Mota, com o objetivo de movimentar verbas destinadas à escola.

O atual prédio foi construído em terreno doado por familiares do Sr. Alfredo Soares da Mota, quando era prefeito o senhor Moacir Lopes, começando a funcionar em 1984, através das reivindicações da SOASJOV (Sociedade de amigos de São João da Vereda).

A 5ª série foi autorizada pela resolução 4834/84 da SEE/MG.

Em 1985, foi autorizado o funcionamento das 6ª, 7ª e 8ª séries e o Pré-Escolar através da resolução de nº 5393/85 da SEE/MG.

De 1992 a 1997, com o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Caixa Escolar adquiriu equipamentos para uso dos alunos, sendo o Kit Tecnológico e a Construção da secretaria e da biblioteca.

Em 1994, aconteceu a mudança de denominação da escola que de Escola Municipal São João da Vereda passou a ser denominada Escola Municipal Alfredo Soares da Mota, através do decreto 35932/94.

Recebeu essa denominação em homenagem ao Sr. Alfredo Soares da Mota, farmacêutico prático que muito contribuiu para a saúde dos moradores desta localidade, por seu grande interesse pela leitura, o que dava conhecimento suficiente para zelar pela saúde de seus conterrâneos.

Em 02 de junho de 1997, ocorre a municipalização pela Lei Municipal de nº 2475 de 30/04/1997 e pela resolução de nº 8055/97 de 11/10/1997 SEE.

A maioria dos alunos são filhos de trabalhadores rurais com pequeno grau de escolaridade (alguns analfabetos), residentes no distrito de São João da Vereda e arredores. São, na maioria, muito carentes, apresentando dificuldades nos estudos, necessitando de muita assistência pedagógica e outros atendimentos especializados como psicólogos. Como os alunos não têm auxílio dos pais nas tarefas escolares, sobrecarrega a escola com todo tipo de atendimento.

A maioria dos moradores é de religião católica, mas conta também com seguidores de pelo menos duas outras congregações protestantes.

Os alunos são residentes em São João da Vereda, no povoado da Vila Rica, e em fazendas como: Tamboril, Pacuí, Veredas. Os residentes fora da sede do distrito utilizam o transporte escolar para chegarem até a escola.

Para elaboração deste documento foi levado em conta o relatório coletivo dos profissionais desta unidade, feito em várias reuniões para reflexão e discussões e ainda contamos com a participação das famílias dando sugestões para que esse projeto de fato seja algo real que atenda às necessidades tanto do corpo discente como do docente, levando sempre em conta o papel fundamental da família numa parceria amigável com a escola. A partir do exposto, conseguiu-se chegar a este resultado, que acreditamos ser o melhor para esta escola, onde se priorizou o atendimento dos interesses da comunidade escolar, principalmente a qualidade de atendimento educacional para os alunos, procurando apresentar propostas de modificação da realidade presente nos espaços escolares, apostando em novos valores, propondo a singularidade, a construção da

autonomia, o coletivo e a participação de todos nos projetos e trabalhos desenvolvidos pela escola.

II. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é um dos processos de formação da pessoa humana, processos através dos quais as pessoas se inserem na sociedade, transformando-se e transformando a sua realidade.

A escola é o ambiente que leva em conta o conjunto das dimensões dessa formação, onde conhecimento é compartilhado e sistematizado, tendo a tarefa de formar seres humanos com consciência de seus direitos e deveres.

A Escola Municipal Alfredo Soares da Mota tem como finalidade preparar o aluno para o efetivo exercício da cidadania através da sua participação nas atividades escolares despertando novas atitudes, mudanças de comportamento para uma vida saudável, promovendo um aluno capaz de organizar-se e mobilizar-se em benefício próprio e do seu semelhante, enfatizando atitudes de um cidadão de bem: honestidade, respeito, solidariedade, sem perder de vista a participação da família nesses aspectos transformadores visando à integração entre alunos, professores e comunidade.

A escola sozinha não pode fazer nada para atingir sua finalidade e pensando numa política social que tenha como meta a formação do indivíduo é que procuramos parcerias em diversos seguimentos da sociedade e do entorno para que nossos alunos vejam o que de bom possa ser oferecido a ele mesmo estando afastado do meio urbano, pois tudo que é proporcionado ao aluno é com o intuito de uma formação politizada onde ele possa ser crítico e participativo do meio em que vive e ir além se esse for o seu desejo.

III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 Administrativa

A escola conta com 182 alunos, sendo 39 alunos da Educação Infantil; 103 alunos do 1º ao 5º ano e 79 alunos do 6º ao 9º ano. O quadro de funcionários é composto por 13 professores, 01 especialista, 01 auxiliar de docência, 01 professor eventual, 04 serviçais, 01 vigia, 01 vice-diretor e 01 diretor.

Esta Unidade de Ensino apresenta uma estrutura física ampla, possuindo seis salas de aula, uma biblioteca, uma secretaria, uma diretoria, uma cozinha, dois depósitos, uma quadra esportiva sem cobertura, um pequeno refeitório e quatro sanitários discentes, sendo dois masculinos e dois femininos. Para o docente, há um sanitário para ambos os sexos. Possui também um alojamento com dois quartos para professores, sendo um dormitório masculino e outro feminino e um sanitário para atender os dois dormitórios.

3.2 Pedagógica

A proposta pedagógica desta escola é organizada para atender os princípios da flexibilidade, autonomia e liberdade da mesma e do processo ensinar e aprender num processo coletivo e democrático de construção, com a participação da comunidade escolar, sendo que esta proposta apresenta as diretrizes do funcionamento pedagógico e a partir daí os professores elaboram os planos de ensino das disciplinas específicas, para cada ano letivo.

O corpo pedagógico da escola é composto por 01 supervisor, sempre trabalhando junto à direção e o corpo docente, 13 professores, em média 182 alunos distribuídos em 02 turnos, em 06 salas de aula, com aproximadamente 16 alunos em cada uma. As turmas são formadas do 1º ao 9º ano e 1º e 2º períodos da Educação Infantil.

No início do ano letivo, todos os segmentos são convocados para uma reunião administrativa para direcionar todo o trabalho, que é composto por 200 dias. As reuniões acontecem bimestralmente para planejamentos pedagógicos, sendo que no início de 2010, o planejamento aconteceu coletivamente oferecido pelo Sistema Municipal de Educação. A partir desses planejamentos, a escola desenvolveu os projetos adequando à realidade da escola.

O trabalho pedagógico da escola baseia-se na realidade da comunidade escolar. Além dos planejamentos, acontecem as reuniões para

conselho de classe e para avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno. Trata-se também do processo de recuperação e aceleração de estudos, favorecendo a construção do Projeto Político Pedagógico da instituição, e ainda durante essas reuniões, planeja-se a programação das atividades escolares referentes ao calendário escolar, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, referente ao ano 2010.

Acontecem também reuniões de pais ou responsáveis, trimestralmente, para entrega de resultados, frequência e demais informações.

Em relação à enturmação de alunos, é realizada pela mesma faixa etária e as turmas serão ajustadas à proposta pedagógica da escola. Os professores assumem as turmas de acordo com a escolha por tempo de serviço na escola.

A metodologia utilizada pela escola é baseada nos planejamentos advindos da Secretaria Municipal de Educação, nos quais a escola trabalha com uso de livros didáticos oferecidos pelo Governo Federal.

IV - CURRÍCULO

O Plano Curricular do Ensino Fundamental conterá uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada para atender às especificidades dos nossos alunos.

O currículo não ensina apenas o conteúdo. Promove valores, hábitos, ideias, atitudes, forma de expressão e critérios para resolver problemas.

O ensino destes hábitos, atitudes e valores, por sua vez, incluem o desenvolvimento de uma percepção clara e equilibrada de si mesmo, a capacidade de tomar decisões racionais para assumir a responsabilidade pela consequência das próprias decisões, o interesse por questões que afetam a humanidade, o desenvolvimento de boas relações para com as pessoas diferentes, a capacidade de antecipar o futuro, a capacidade de participar ativa e produtivamente da comunidade próxima e da sociedade no sentido mais amplo.

É no currículo que se reflete uma cultura, um sistema de valores, características históricas, políticas e uma determinada filosofia educacional.

Todo currículo, como toda educação, tem pelo menos um duplo objetivo, que revelam a tensão constitutiva de qualquer projeto educativo: transmitir conhecimentos e valores de uma cultura e, ao mesmo tempo, desenvolver o espírito crítico, inclusive em relação ao conhecimento acumulado pelas gerações anteriores, as formas de acumulação e a própria cultura e seus valores.

O currículo desta escola segue as orientações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394\96. É composto por disciplinas pertencentes à Base Nacional Comum e à parte diversificada.

Esta escola prioriza em seu currículo o desenvolvimento global da personalidade do educando, porém de acordo com o artigo 26 da lei nº. 9.394/96, os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, o que foi respeitado pela escola no ato da elaboração do mesmo.

Em atenção a este quesito, o currículo desta escola atende à Base Nacional Comum que é composta de:

I - Língua Portuguesa, incluindo a literatura nacional, do 1º ao 5º: 220h; 6º e 7º ano: 200h, e do 8º ao 9º ano: 166:40h;

II - Matemática 1º ao 5º: 200h; 6º ao 9º: 166h40;

III - Ciências, destinadas ao estudo do mundo físico e natural, do 1º ao 3º: 120h; 4º ano: 80h; 5º ano: 120h; do 6º ao 9º 100h;

IV - História, especialmente do Brasil, do 1º ao 5º: 80h; 6º ao 9º: 100h;

V - Geografia, também especialmente do Brasil, 1º ao 5º: 80h; 6º ao 9º: 100h;

VI – Artes, do 4º ano: 40h; 8º e 9º ano: 33:20;

VII - A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, faz parte do currículo da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições dos alunos, sendo facultativa nos cursos noturnos, 1º ao 9º: 66h40.

A Parte Diversificada:

A Língua Estrangeira moderna, incluída pela lei na parte diversificada, no currículo desta escola é obrigatória, a partir do 6º ano e acompanha os alunos até o nono ano do ensino, com a carga horária de 66:40 anual.

V - TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A escola funciona em dois turnos sendo estes, matutino e vespertino. As turmas são divididas conforme o ano de escolaridade, sendo atendidos no turno vespertino e matutino alunos do 1º e 2º períodos da Educação Infantil e 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A divisão do tempo escolar se dá por trimestre e o planejamento ocorre mensalmente.

VI - PROCESSO DE DECISÃO

As decisões da Escola Municipal Alfredo Soares da Mota são tomadas de forma participativa e compartilhada por meio do colegiado escolar, que tem a participação de representantes de todos os segmentos da escola

O colegiado é composto pelo diretor da escola e 12 representantes dos segmentos, os quais foram eleitos em assembléia geral com seus devidos suplentes e terá função de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

A função de caráter deliberativo toma as decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvida na escola.

A função de caráter consultivo compreende a emissão de pareceres consultados pelo diretor da escola e ou pela comunidade escolar, como situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, e auxilia nas decisões para a melhoria e qualidade do ensino. As reuniões acontecem de acordo com o calendário escolar ou quando surge a necessidade de uma reunião extraordinária.

As reuniões do Conselho de Classe, que acontecem trimestralmente, são realizadas pelo serviço pedagógico, direção e corpo docente, durante as quais são discutidos avanços e dificuldades de aprendizagem de cada aluno.

VII - RELAÇÕES DE TRABALHO

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações de trabalho em dividir tarefas e pensar no bem-estar do conjunto e da comunidade escolar. Ela se organiza coletivamente através de novas relações sociais que produzem e reproduzem valores, alternando comportamentos, costumes e ideias, construindo uma aprendizagem coletiva e tornando o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo, de uma cultura de pensar no bem de todos.

Quando ocorrem eventualidades de conflitos, procuramos resolver verbalmente, e, se persistir o problema, fazemos advertência escrita. No último caso, fazemos à suspensão temporária da participação das atividades escolares, de acordo com o regimento da nossa escola.

Nossa escola acredita que o educando compartilha conhecimentos, cria habilidades e forma consciências. Portanto, o trabalho já é uma potencialidade pedagógica, e a escola o torna mais plenamente educativo à medida que ajudamos nossos educandos a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana.

VIII – AVALIAÇÃO

Entendemos a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. Nesta escola, são realizadas práticas avaliativas diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o aluno como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados.

As avaliações acontecem com objetivo de diagnosticar e apontar os conhecimentos prévios dos alunos e são realizadas as avaliações formativas, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem, identificando o sucesso e as dificuldades de cada aluno.

São realizadas: a Avaliação Somativa, que é a prova objetiva (os mais variados tipos de testes, relatórios e questionários); a Avaliação Formativa, que acompanha o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos. Esta é feita através de observação diária e estudos de recuperação.

Nosso sistema de avaliação, como já descrevemos, ocorre através de um processo contínuo, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com base neste pensamento, o estudo de recuperação em todas as turmas é oferecido a todos os educandos, sempre que o professor observar deficiências no processo e é desenvolvido de forma paralela ao ensino.

Ao final do período letivo, temos os estudos orientados para os alunos que não atingiram a média desejada, ou seja, sessenta por cento de aproveitamento nas disciplinas. Temos ainda uma proposta de estudos independentes para os alunos que não conseguiram sucesso nos estudos orientados. Desta forma, os alunos são avaliados no retorno das aulas, no ano subsequente, resultando em mais uma oportunidade de aprendizagem para os alunos. Quanto ao controle de frequência, os alunos são promovidos para a série seguinte quando tiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária anual. O controle de frequência é registrado em livro específico, os quais ficam arquivados na secretaria da escola.

Quanto ao número elevado de faltas de certos educandos, que é um aspecto relevante nesta escola, os pais são convocados e comunicados. Caso as faltas continuem, a situação é encaminhada ao Conselho escolar, a fim de que o mesmo tome as providências de acordo com a lei vigente, pois deve-se ter um cuidado especial principalmente na adolescência, pois parte dos alunos cada vez mais mostra desinteresse pelas aulas e, sem justificativas, deixa de frequentar a escola.

XIX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Municipal Alfredo Soares da Mota tem sido um espaço aberto onde todos os sujeitos e a comunidade escolar, que são estimulados ao exercício da escolha. Priva pela formação e cultivo de valores buscando sempre uma reflexão e procurando atender aos anseios da sociedade.

Portanto o Projeto Político Pedagógico é uma referência que norteia os trabalhos cotidianos da escola e nele estão explícitas todas as diretrizes para desenvolvimento do nosso trabalho.

Acreditamos que o Projeto Político Pedagógico é de grande valia, pois é a partir dele que seguimos as orientações no decorrer do ano letivo; o PPP consiste no caminho, na busca de uma nova direção, de um novo sentido, influenciado por forças internas e externas, buscando alcançar os objetivos esperados, envolvendo ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos para a construção de escola que queremos.

X - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, João Batista; CHADWICK, Clifton. **Aprender e Ensinar**, 4ª edição. São Paulo, Ed. Global, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos - **Democratização da Escola Pública**. Coleção 1 Educar, vol.19, Editora Loyola, s.d.

VEIGA, I.P. A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, dez. 2003, p. 267-281.

VIANNA, Heraldo Marelím – **Evasão, Repetência e Rendimento Escolar** – A realidade do Sistema Educacional Brasileiro maio/1991 P.18.